



Destaque Rural Nº 325

25 de Abril de 2025

50 ANOS DE POBREZA RURAL EM MOÇAMBIQUE DA TRAJECTÓRIA ÀS SOLUÇÕES PARA O FUTURO

Yasser Arafat Dadá¹

1. INTRODUÇÃO

Decorridos cinquenta anos desde a independência, a maioria da população rural continua a viver em condições de pobreza extrema, apesar de períodos de elevado crescimento económico². Este paradoxo – crescimento sem desenvolvimento – tem atraído a atenção de investigadores, formuladores de políticas e parceiros internacionais. Entender a trajectória da pobreza no meio rural no país entre 1975 e 2025 é importante para delinear soluções para o futuro.

Este Destaque Rural apresenta uma análise histórica e analítica da evolução da pobreza no meio rural moçambicano, sustentada por dados de inquéritos nacionais e fontes internacionais (Banco Mundial, FMI, INE, FAO, entre outros). Depois da introdução, aborda-se sucintamente o enquadramento teórico da pobreza rural, fornecendo conceitos-chave para compreender as suas causas estruturais. Em seguida, é apresentada a evolução empírica da pobreza no meio rural nas últimas décadas. A discussão centra-se depois nos principais determinantes da pobreza – como o acesso à terra, produtividade agrícola, educação, investimento público e factores climáticos. Finalmente, são apresentadas recomendações de políticas públicas. O objectivo é contribuir com reflexões e opções de intervenção para os fazedores de políticas e actores do desenvolvimento rural.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA POBREZA NO MEIO RURAL

A pobreza no meio rural pode ser definida, não só pela falta de rendimento monetária, mas também pela privação de activos, oportunidades e capacidade de satisfazer necessidades básicas. Conceitos de pobreza multidimensional enfatizam que as famílias consideradas pobres geralmente enfrentam simultaneamente carências em consumo,

¹ Economista e Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade de Lisboa. Doutor em Estudos de Desenvolvimento. Director e Pesquisador do OMR.

² Dadá, Yasser Arafat (2024). Determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique. Tese de Doutoramento. ISEG. Universidade de Lisboa.

educação, saúde, saneamento e habitação³. Adicionalmente, teorias clássicas do desenvolvimento sublinham dinâmicas estruturais importantes. Por exemplo, o modelo de dualismo económico de Lewis (1954) sugere que as economias em desenvolvimento têm um sector rural tradicional de baixa produtividade e um sector urbano mais moderno; sem transformação estrutural, a mão-de-obra permanece presa em actividades agrícolas de subsistência de baixo rendimento. Em Moçambique, apesar de alguma migração urbana, a maioria da população rural continua dependente da agricultura de subsistência e com maiores privações⁴.

Outra perspectiva relevante é a do círculo vicioso da pobreza, segundo a qual famílias muito pobres não conseguem poupar ou investir o suficiente para aumentar a produtividade, perpetuando a sua condição⁵.

Importa referir que a pobreza no meio rural é também influenciada por factores históricos e institucionais. O período colonial e a guerra civil (1977-1992) provocaram a migração forçada e destruíram infra-estruturas. Adicionalmente, a posse e uso da terra – formalmente do Estado – são mediados por direitos consuetudinários e políticas governamentais; uma implementação inadequada destas políticas pode limitar o acesso equitativo à terra⁶.

Por fim, choques climáticos frequentes mantêm os pobres numa situação precária e, sem redes de protecção social, os avanços podem rapidamente regredir. Esta combinação de factores teóricos – dualismo económico, ciclo de pobreza, factores históricos e vulnerabilidades – oferece um enquadramento para interpretar a persistência da pobreza no meio rural ao longo de 50 anos.

³ Sen, A. (2000). *Development as freedom* (1st. ed). Knopf.

⁴ O trabalho de Feijó e Ibraimo, sobre as migrações rural urbano para o contexto de Maputo Cidade, demonstra que a zona rural tem maiores privações (ao nível do acesso à água, a energia, a oportunidades de emprego e de escolarização) que as zonas urbanas. As zonas urbanas, ainda que inseguro, constituem um espaço de atracção de muitas populações de origem rural, que tendem a auferir rendimentos superiores aos que obtinham no local de origem (maioritariamente no mercado informal) (Feijó e Ibraimo 2016).

⁵ Dadá e Mosca (2023) ao estudarem as armadilhas da pobreza em Moçambique concluem que os factores que determinam a pobreza rural estão relacionados, principalmente, com: (1) a ligação dos AF à agricultura; (2) outras formas de obtenção de rendimento fora da agricultura; (3) características do AF (tamanho da família, número de dependentes, idade e género do CF); e, (4) níveis de escolaridade e acesso aos serviços de saúde dos membros da família. Lipton (1977) destacou ainda o viés urbano nas políticas públicas: investimentos tendem a concentrar-se nas cidades, negligenciando o campo. Isso observa-se em Moçambique na fraca provisão de serviços básicos e infra-estruturas nas zonas rurais comparativamente aos centros urbanos.

⁶ Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE. (2010). *Habilitar os Pobres Rurais a Superar a Pobreza em Moçambique*. Maputo: IESE.

3. TRAJECTÓRIA HISTÓRICA DA POBREZA RURAL EM MOÇAMBIQUE (1975-2025)

- **Pós-independência e guerra civil (1975-1992):** A independência de Moçambique, em 1975, encontrou um país com uma maioria rural marcada por pobreza. A agricultura de subsistência era predominante e o acesso a serviços básicos era mínimo. Nos finais dos anos 1970, estima-se que mais de 80% da população rural vivia em pobreza. O Estado adoptou políticas socialistas, como as aldeias comunais e a nacionalização de da terra Contudo, a guerra civil, que eclodiu em 1977, destruiu as infra-estruturas existentes, forçou o deslocamento de milhões de camponeses e colapsou a economia rural. Episódios de fome tornaram-se comuns, especialmente durante a seca de 1981-1984, levando a uma forte dependência de ajuda alimentar internacional⁷. Em 1992, ano em que foi assinado o Acordo Geral de Paz, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique era extremamente baixo (0.237), situando-se entre os últimos lugares do *ranking* mundial (146^a).⁸
- **Pós-guerra civil (1993-2003):** Com o fim da guerra, iniciou-se um processo de reconstrução económica e social. Políticas de ajustamento estrutural, transição para uma economia de mercado e um grande influxo de ajuda internacional permitiram o regresso dos deslocados às zonas rurais. Investiu-se na reabilitação de estradas, escolas e postos de saúde, com forte apoio de organizações não-governamentais e agências internacionais, sobretudo na expansão do acesso à água potável e cuidados de saúde primários⁹. O Inquérito aos Agregados Familiares de 1996/97 mostrou que cerca de 70% da população vivia abaixo da linha de pobreza, com incidência mais acentuada nas zonas rurais (72%). O ritmo de redução da pobreza foi significativo: em 2002/03, a taxa de pobreza nacional desceu para cerca de 53%. O declínio da pobreza foi particularmente notório nas zonas rurais do Norte e Sul, graças à recuperação da agricultura, melhores condições climáticas, projectos de desenvolvimento rural e a migração acompanhada de remessas para o Sul. Por outro lado, o Centro rural registou menos progresso, ou mesmo agravamento, evidenciando as primeiras disparidades regionais (Dadá 2014).

⁷ Gomes, C. (2017). Adaptação e pobreza rural em África: o caso de Moçambique. Blogue SHIFT – Ambiente, Território e Sociedade (ICS-ULisboa).

⁸ Dadá, Y. A. (2022). *Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, 1992–2019: Análise e lições* (Destaque Rural n.º 185). Observatório do Meio Rural. Disponível em https://omrmz.org/destaque_rural/dr-185-evolucao-do-indice-de-desenvolvimento-humano-1992-2019-analise-e-licoies/

⁹ Oppenheimer, J. (2006). Moçambique na era do ajustamento estrutural: Ajuda, crescimento e pobreza. Lisboa: IPAD for Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) and Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA), Universidade Técnica de Lisboa.

- **Estagnação e desigualdades (2003-2015):** A partir de 2003, o crescimento económico do período foi impulsionado por mega-projectos e investimentos estrangeiros (como a MOZAL, investimentos em mineração de carvão e outros), mas os seus efeitos não beneficiaram proporcionalmente a população rural. Segundo o Banco Mundial (BM), entre 1996 e 2009, cada 1% de crescimento do PIB resultou numa diminuição da pobreza de apenas 0,26 pontos percentuais, metade do impacto médio na África Subsariana¹⁰. A pobreza nacional manteve-se em cerca de 52% até 2008. A incidência rural estagnou: em 2008/09, cerca de 54% da população rural era pobre, face a 47% nas áreas urbanas. A pobreza nas zonas rurais do Centro agravou-se, principalmente por choques climáticos (cheias em 2000 e 2007) e pela fraca integração económica. O crescimento económico concentrou-se em Maputo e nos sectores de capital intensivo, acentuando a disparidade urbano-rural. Indicadores sociais (saúde, educação, água e energia) melhoraram pontualmente, mas a produtividade agrícola manteve-se estagnada e os rendimentos não aumentaram (Dadá, 2024). Resumindo, o período de 2003 a 2015 foi de redução de pobreza rural muito lenta e desigual, revelando os limites do modelo de crescimento adoptado. Em 2014/15, uma nova avaliação nacional reportou uma descida da pobreza para 46%, concentrada esmagadoramente nas áreas rurais e nas regiões Norte e Centro, mas esta melhoria deveu-se sobretudo a mudanças metodológicas e não a reais melhorias de bem-estar, como demonstraram análises independentes (Dadá, 2024).
- **Retrocesso e Novos Desafios (2016-2025):** Nos anos mais recentes, registou-se um retrocesso no combate à pobreza rural. O Inquérito ao Orçamento Familiar de 2019/20 mostra que a taxa nacional de pobreza subiu para 62,8% (2019/20), elevando o número de pobres de 13 para quase 19 milhões. Embora este agravamento tenha sido mais acentuado nas áreas urbanas – devido à recessão económica e à pandemia de COVID-19, que afectou fortemente o sector informal urbano – a pobreza rural manteve-se elevada, atingindo cerca de 70% da população rural em 2020.

Os factores para este retrocesso são múltiplos: Crise da dívida oculta (2016), que levou à suspensão de ajuda internacional e à depreciação do metical, provocando inflação em bens essenciais e alimentares¹¹. Choques climáticos severos, como a seca de 2015-2016 (El Niño), ciclones tropicais IDAI e KENNETH em 2019, pandemia

¹⁰ Lundell M. (2016). Picking up the pace of poverty reduction in Mozambique. World Bank.

¹¹ Redução da entrada de capitais e da cooperação. As doações estrangeiras caíram de mais de US\$ 700 milhões em 2014, para menos de US\$ 200 milhões em 2016. Ao mesmo tempo, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) teve uma redução de 40%, os desembolsos de empréstimos externos decresceram em 87%, o Investimento Directo Nacional reduziu em cerca de 80%. Como agravante, os preços das *commodities* diminuíram, afectando as receitas das exportações (Dadá, 2024).

de COVID-19 em 2019-2020, que afectou indirectamente as zonas rurais através da queda na procura de produtos agrícolas e da redução de remessas de familiares urbanos¹². Além disso, emergiram novos desafios estruturais, nomeadamente o conflito armado em Cabo Delgado desde 2017, que provocou deslocamentos massivos e destruição das bases económicas rurais. Este conflito, alimentado pela exclusão social e falta de oportunidades para os jovens, perpetua o círculo vicioso de pobreza e insegurança naquela província¹³. Mais recentemente, entre 2024 e 2025, Moçambique enfrenta uma crise política e social desencadeada por manifestações pós-eleitorais. Este ambiente de instabilidade agravou a situação socioeconómica do país, afectando negativamente a pobreza.

A análise da trajectória histórica mostra que sem transformações – económicas, sociais e institucionais – a pobreza rural tenderá a perpetuar-se.

4. DETERMINANTES E CAUSAS DA POBREZA RURAL PERSISTENTE

A pobreza no meio rural resulta da interacção entre factores produtivos, institucionais, socioeconómicos e ambientais, formando um quadro persistente de vulnerabilidade e baixa mobilidade social. Estes factores, analisados a partir da revisão da literatura e dados empíricos, são sintetizados nos seguintes:

- **Baixa produtividade:** A agricultura é a base da subsistência rural, empregando cerca de 70% da força de trabalho no campo. Contudo, trata-se maioritariamente de agricultura de subsistência, de baixo rendimento, caracterizada por métodos tradicionais e recursos escassos. O uso de insumos melhorados é limitado – por exemplo, a aplicação média de fertilizantes foi de 5,7 kg/ha ao ano entre 2006 e 2015, muito abaixo das médias regionais e da meta de 50 kg/ha da União Africana¹⁴. Sem fertilização, sementes melhoradas, irrigação ou mecanização, a produtividade mantém-se baixa (Dadá, 2024). A produtividade do milho, cultura alimentar básica, é de cerca de 0.8 ton/ha em média, quando em países vizinhos é entre 3-4 toneladas (Zavale et al., 2020). Estudos confirmam que em Moçambique os pequenos produtores que utilizam fertilizantes podem produzir 40% mais, e os que vendem parte da produção obtêm rendimentos 25% superiores em média (Lundell 2016). Contudo, a produtividade agrícola não registou melhorias

¹² Banco Mundial. (2023). Mozambique Overview. Recuperado em 15 Abril 2025 de World Bank website: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview>

¹³ Entre outros, consulte os estudos realizados por João Feijó publicados em <https://omrmz.org/>

¹⁴ Zavale, H., Matchaya, G., e Nhlengethwa, S. (2020). *Dynamics of the Fertilizer Value Chain in Mozambique*. Sustainability, 12(11), 4691.

significativos em 50 anos (Gomes, C., 2017)¹⁵. A baixa produtividade implica colheitas insuficientes para gerar excedentes para comercialização, prendendo as famílias numa economia de autoconsumo. Em anos de má colheita, esgotam-se rapidamente as reservas alimentares e financeiras, levando a períodos de fome e venda forçada de activos (animais, utensílios) que agravam a vulnerabilidade¹⁶. Assim, a agricultura de fraca produtividade é, ao mesmo tempo, causa e consequência da pobreza rural, num círculo difícil de romper.

- **Terra e factores produtivos:** Embora Moçambique tenha terra arável abundante, o acesso a terras férteis e bem localizadas nem sempre é garantido aos pequenos agricultores. Por lei, a terra é propriedade do Estado, com uso concedido via DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra). A Lei de Terras assegura igual acesso às mulheres e reconhece direitos costumeiros. Contudo, a maioria dos camponeses não possui o DUAT e depende de tradições locais para assegurar as suas machambas, o que pode gerar conflitos ou insegurança de posse, especialmente quando investidores se interessam por essas terras. Na última década tem-se observado uma “corrida às terras” por parte de investidores nacionais e estrangeiros (agronegócio, mineração, florestas) em várias províncias (Gomes, 2017). Os pequenos produtores frequentemente relatam perda de acesso às suas melhores terras agrícolas ou pastagens em favor de projectos de investimento. Essa concorrência pelas terras mais produtivas e próximas de estradas prejudica os mais pobres, que acabam relegados a áreas marginais ou mais distantes dos mercados (Gomes, 2017). Ademais, a desigualdade no acesso intrafamiliar também pesa: mulheres rurais, que constituem a maioria da mão-de-obra agrícola, tradicionalmente têm acesso limitado e mediado por parentes masculinos à terra e outros recursos. Muitas não têm consciência dos seus direitos legais de uso de terra (FIDA, 2010). Famílias chefiadas por mulheres tendem a possuir parcelas menores e de pior qualidade, reflectindo-se em menor produtividade e maior vulnerabilidade à pobreza.
- **Infra-estruturas e serviços públicos:** Grande parte das aldeias rurais tem acessibilidade precária – estradas de terra batida em más condições, muitas intransitáveis na época chuvosa, limitam o acesso a mercados e serviços¹⁷. Aldeias isoladas não conseguem escoar a produção ou aceder a insumos a preços viáveis,

¹⁵ Outros factores produtivos básicos que faltam aos pobres rurais: capital financeiro (crédito agrícola quase inexistente – menos de 1% dos pequenos produtores acede a empréstimos formais), infra-estruturas de irrigação (apenas ~3% da área cultivada é irrigada) e armazenagem, bem como assistência técnica (Dadá, 2024).

¹⁶ Dadá (2025). Entre a enxada e o tractor: explorando a posse de bens e estratégias camponesas – o caso do distrito do Búzi. Destaque Rural 302. Observatório do Meio Rural.

¹⁷ Dadá (2018). Estradas Rurais. Destaque Rural 30. Observatório do Meio Rural.

aprisionando-se numa economia de subsistência. Cerca de três quartos da população rural vive distante de uma estrada transitável, o que se traduz em custos de transporte elevados e pouca integração económica. O acesso a serviços básicos apresenta igualmente graves lacunas: dois terços dos habitantes rurais percorrem mais de uma hora até ao posto de saúde mais próximo (Lundell, 2016)¹⁸. Apenas 60% da população rural tem acesso a fonte de água potável, forçando famílias – sobretudo mulheres e crianças – a despendar horas diárias na recolha de água, em detrimento de outras actividades produtivas. O saneamento adequado é ainda mais raro: só 4% dos agregados familiares rurais dispõem de saneamento melhorado (Latrinas melhoradas), contribuindo para doenças de veiculação hídrica que afectam a saúde e capacidade de trabalho. A electricidade da rede pública chega apenas a cerca de 8% das famílias rurais (Lundell, 2016). A falta de energia eléctrica limita também iniciativas económicas (conservação de produtos, artesanato, bombas de água, etc.) e o acesso à informação (por exemplo, carregar um telemóvel, ou assistir à televisão). Em resumo, a deficiência de infra-estrutura básica e de serviços públicos no meio rural mantém estas aldeias isoladas e pouco capacitadas, criando um ambiente onde a pobreza se reproduz. Investimentos públicos no sector agrário e rural têm sido historicamente baixos – em média apenas cerca de 4-5% do Orçamento do Estado tem sido alocado à agricultura nos últimos anos, valor abaixo do compromisso de 10% assumido no âmbito da União Africana (Dadá, 2024). Consequentemente, oportunidades de melhoria de vida via acesso à educação, saúde, mercados e tecnologias foram severamente limitadas para a população rural.

- **Capital humano:** Há uma forte ligação entre baixos níveis educacionais e a persistência da pobreza rural (Dadá, 2024). Historicamente, a população rural apresentou indicadores de educação muito inferiores à urbana. Mesmo com a expansão do ensino básico pós-independência, a disparidade permanece: enquanto cerca de 82% dos habitantes urbanos tinham acesso à educação primária, nas zonas rurais esse número era apenas 57% (IOF 2008/2009). Taxas de abandono escolar e reprovação são maiores no campo, devido a factores como distância às escolas, necessidade de ajudar nas machambas e casamentos prematuros, especialmente de raparigas¹⁹. Como resultado, a taxa de analfabetismo

¹⁸ O sistema de saúde em Moçambique pode ser caracterizado como precário, porque possui um número reduzido de profissionais por habitante, infra estruturas insuficientes e com falta de requisitos considerados básicos, como: água corrente, energia, medicamentos e equipamentos. Muitos dos postos de saúde carecem de medicamentos e pessoal (médicos quase inexistentes no meio rural). Pode consultar os anuários estatísticos do [INE](#).

¹⁹ World Bank (2025). Mozambique: Data Base. World Bank. Consultado em <https://data.worldbank.org/country/mozambique>

nas áreas rurais aumentou. Em 2008/09, por exemplo, mais de dois terços dos adultos rurais não sabiam ler nem escrever (IOF 2008/2009). Mesmo entre os jovens, o cenário é preocupante: mais de metade dos moçambicanos de 20-30 anos não conseguem ler um texto simples (Lundell, 2016), reflexo directo de falhas no sistema educacional. Este défice educacional limita as perspectivas de diversificação de rendimentos no meio rural – populações com baixa escolaridade têm dificuldade em adoptar novas tecnologias, aceder a emprego remunerado fora da agricultura ou mesmo reivindicar os seus direitos (por exemplo, em questões de terra ou participação cívica). Além da educação formal, a falta de acesso à informação e ao conhecimento (extensão) privam os agricultores de ganhos de eficiência. Por sua vez, fracos indicadores de saúde agravam o quadro de capital humano: apesar de progressos na redução da mortalidade infantil²⁰ e aumento da esperança de vida²¹, as zonas rurais continuam com altos níveis de desnutrição crónica, malária endémica, parasitoses e mortalidade materna elevada (World Bank, 2025). Em resumo, o baixo desenvolvimento do capital humano rural – quer em educação quer, em saúde – mantém a produtividade e, conseqüentemente, o rendimento baixo, contribuindo para a reprodução intergeracional da pobreza²².

- **Vulnerabilidade climática e choques:** A localização geográfica de Moçambique expõe-no a eventos climáticos extremos. Essa vulnerabilidade atinge a população rural, que depende directamente do clima para o seu sustento (produção agrícola) e tem poucos mecanismos de protecção. Secas nas zonas Sul e Centro do país, cheias cíclicas nos principais rios (Limpopo, Zambeze) e ciclones tropicais no litoral Norte e Centro compõem um histórico de choques contínuos. Três em cada quatro agricultores moçambicanos reportam já ter perdido colheitas, gado ou equipamentos devido a secas, cheias ou tempestades (Lundell M., 2016). Como resultado, cada evento climático adverso reduz a produção anual, eleva os preços dos alimentos e expõe mais famílias à insegurança alimentar e à pobreza extrema. Por exemplo, as grandes cheias do ano 2000 no vale do Limpopo provocaram danos de longo prazo nos seus meios de subsistência²³. Da mesma forma, secas em

²⁰ O número de mortes de crianças menores de cinco anos apresenta uma tendência decrescente (em 1990, a taxa era de 155 por 1.000 pessoas e, em 2019, a taxa reduziu para 54 por 1.000 pessoas) (World Bank *database*, 2025).

²¹ A esperança de vida à nascença passou de 46 anos em 1992 para cerca de 61 anos em 2019 (Dadá, 2024).

²² Dadá, Yasser Arafat. (2022). Evolução do índice de desenvolvimento humano, 1992 – 2019. Análise e lições. Destaque Rural. Observatório do Meio Rural, 185.

²³ As cheias de 2000 em Moçambique causaram destruição significativa no vale do Limpopo. Estima-se que cerca de 463.000 pessoas ficaram deslocadas ou sem abrigo, com aproximadamente 700 mortes registadas. O impacto foi particularmente severo em áreas como Chókwè, onde o rio Limpopo

2016 causaram quebras agrícolas de até 50% em algumas zonas, levando a emergência alimentar²⁴. Sem seguros agrícolas ou sistemas abrangentes de apoio, os pobres rurais absorvem integralmente o impacto desses choques. As estratégias tradicionais de mitigação, como guardar parte da colheita ou diversificar culturas em diferentes locais, têm limitações face à maior frequência e intensidade desses eventos (Gomes, 2017). Por exemplo, camponeses ao longo do Rio Lúrio no Norte passaram a cultivar simultaneamente nas margens (para acesso à humidade) e em terras altas (para evitar perda total em caso de cheia), mas o aumento populacional pressiona essas estratégias e torna-as menos eficazes (Gomes, 2017). Assim, a falta de resiliência a choques climáticos é tanto um factor causal da pobreza rural (ao destruir rendimentos e activos) quanto um elemento que aprofunda as suas consequências de longo prazo.

- **Crescimento económico não-inclusivo e governação:** por último, a incapacidade de transformar o forte crescimento macroeconómico de Moçambique em desenvolvimento rural inclusivo. Nas últimas décadas, o país registou taxas de crescimento do PIB notáveis, porém o padrão desse crescimento – concentrado em megaprojectos, extracção de recursos naturais e investimentos estrangeiros capital-intensivos – gerou poucos empregos e ligações com a economia local rural (Dadá, 2024). O sector informal domina o mercado de trabalho (mais de 80% dos trabalhadores), particularmente nas zonas rurais, onde o emprego formal fora da administração pública é raro²⁵. Consequentemente, a maioria das famílias rurais não beneficiou directamente dos ganhos económicos nacionais. Além disso, persistem desigualdades regionais: províncias do Norte e Centro, apesar de terem grande parte da população e dos pobres, recebem menores investimentos *per capita* em infra-estrutura e serviços as do que o Sul, perpetuando disparidades de oportunidades²⁶. Problemas de governação também contribuíram – casos de corrupção e má gestão de recursos públicos significam que despesas teoricamente alocadas para programas de desenvolvimento rural nem sempre chegam às

transbordou, inundando vastas extensões de terra e destruindo infra estruturas essenciais. Além disso, mais de 250.000 hectares de terras agrícolas foram destruídos e cerca de 40.000 cabeças de gado morreram, comprometendo os meios de subsistência de milhares de camponeses na região.

²⁴ Segundo o [Ministério da Agricultura, Ambiente e Pesca](#), nesse ano registou-se um dos maiores índices de insegurança alimentar aguda dos últimos 15 anos, situação atribuída à seca nessas regiões. A [FEWS NET](#) estimou que, entre Outubro e Dezembro de 2016, cerca de 1,8 milhões de pessoas necessitariam de assistência humanitária de emergência devido à insegurança alimentar provocada pela seca.

²⁵ Dadá, Yasser Arafat. (2023). A falácia na análise do emprego em Moçambique. Destaque Rural. Observatório do Meio Rural, 224.

²⁶ Banco Mundial. (2016). *Accelerating Poverty Reduction in Mozambique: Challenges and Opportunities*. Washington, DC: The World Bank.

comunidades alvo²⁷. Ademais, conflitos e instabilidade (guerra civil passada, insurgência actual e instabilidade político-social) reflectem falhas de inclusão: grupos populacionais que se sentem esquecidos pelo desenvolvimento tenderam a expressar descontentamento, às vezes de forma violenta, o que, por sua vez, destrói capital e afasta investimentos nas zonas rurais afectadas. Assim, a estrutura macroeconómica e institucional moçambicana, marcada por desigualdade e fraca inclusão dos pobres nos frutos do crescimento, fecha o círculo das causas da pobreza rural persistente.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E CAMINHOS PARA O FUTURO

A experiência de 50 anos demonstra que o combate à pobreza no meio rural exige políticas públicas integradas, actuando sobre múltiplos factores interligados. Com base em evidências e boas práticas nacionais e internacionais, propõem-se o seguinte:

- Promover políticas públicas adaptadas aos pequenos produtores, através do reforço da pesquisa e extensão rural, mecanização, disseminação de sementes melhoradas, fertilizantes e boas práticas agrícolas. O fortalecimento dos serviços de extensão, preferencialmente com agentes locais. Investimentos em infra-estruturas de irrigação, mecanização e promoção de associativismo aumentarão a eficiência produtiva, permitindo a geração de excedentes e rendimentos superiores.
- Apesar da legislação da terra progressista, a sua implementação precisa ser efectuada. Agilizar processos de registo e titulação de terras, como forma de assegurar os direitos dos pequenos produtores e evitar usurpações. Os projectos de investimento devem garantir compensações justas e participação local. Programas de sensibilização sobre direitos das mulheres à terra e o acesso a microcrédito adaptado reforçam a autonomia das famílias rurais.
- Superar o isolamento das zonas rurais requer maior investimento público na construção e manutenção de estradas vicinais, associada à electrificação rural e à expansão da rede de comunicação, essenciais para facilitar o escoamento da produção, acesso a mercados, serviços financeiros e informação. O desenvolvimento da infra-estrutura social contribui para o bem-estar, cria emprego local e reduz as disparidades urbano-rurais.

²⁷ Para dados sobre corrupção veja Dadá, Yasser Arafat (2023). Índices gerais de avaliação de desenvolvimento das economias na África Subsaariana. Destaque Rural. Observatório do Meio Rural, 241.

- Investir na educação e saúde das populações rurais para quebrar o ciclo de transmissão intergeracional da pobreza. Recomenda-se a expansão da alfabetização de adultos, a melhoria da qualidade do ensino básico, programas de merenda escolar e acções de prevenção do abandono escolar feminino. Na saúde, ampliar a cobertura de serviços materno-infantis e de nutrição, introduzindo clínicas móveis e programas de água e saneamento, aumenta a resiliência e a capacidade produtiva.
- A expansão de seguros agrícolas indexados ao clima, sistemas de alerta precoce e criação de empregos temporários pós-desastre são instrumentos essenciais para a resiliência. Diversificar as fontes de rendimento rural através do incentivo a pequenas indústrias, turismo e serviços contribui para a sustentabilidade das famílias.
- A redução das desigualdades regionais e sectoriais requer políticas de desenvolvimento territorial e investimentos em zonas de alto potencial, promovendo polos de agro-indústria e integração em cadeias de valor. O estímulo ao empreendedorismo rural, formação em gestão de negócios e acesso a financiamento para micro e PME são ferramentas para absorver mão-de-obra e agregar valor localmente. Melhorar a governação local, promover orçamentos participativos e descentralizar recursos permite respostas adaptadas às especificidades de cada distrito.
- Recomenda-se o reforço dos sistemas de monitoria e avaliação da pobreza, com realização regular de inquéritos de orçamento familiar e adopção de métricas multidimensionais. A transparência e acesso aos dados devem ser assegurados, permitindo análises independentes e ajustes de políticas baseadas em evidência.

A implementação isolada de qualquer uma destas recomendações é insuficiente. Os resultados dependem da articulação e sinergia entre medidas, coordenação intersectorial e compromisso político duradouro. Moçambique dispõe já de estratégias alinhadas a estes princípios, porém o desafio reside na execução e monitorização dos impactos. A história recente demonstra que o crescimento económico, por si só, não é suficiente para erradicar a pobreza – é necessária uma acção deliberada, sustentada e focada nas zonas mais vulneráveis. O rigor na implementação e a capacidade de adaptação das políticas públicas, aliadas ao envolvimento das comunidades e parceiros, poderão inverter a trajectória da pobreza rural e aproximar Moçambique de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique